

As deficiências da educação

As avaliações e as pesquisas internacionais, nas quais o Brasil aparece em lugar nada confortável, demonstram que são muitos os problemas enfrentados pela educação do País, especialmente na rede pública. Os números retratam essa situação: para cada cem alunos que entram na primeira série, somente 47 terminam o 9º ano na idade correspondente, 14 concluem o ensino médio sem interrupção e apenas 11 chegam à universidade. É muito pouco para que possamos alcançar o desenvolvimento que almejamos e do qual necessitamos.

As pesquisas demonstram ainda que 61% dos alunos do 5º ano não conseguem interpretar textos simples e que 60% dos que estão no 9º ano não interpretam textos dissertativos. Mais: 65% dos alunos do 5º ano não dominam o cálculo, e 60% dos do 9º ano não sabem realizar cálculos de porcentagem.

Por outro lado, de acordo com os dados da última edição do Sistema de Avaliação de Ren-

©Piotr Marcinski/iStockPhotos





Benjamin Ribeiro*

dimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), que ocorre anualmente em toda a rede, o desempenho em português e matemática dos alunos do ensino médio da rede estadual paulista piorou em 2013 e é o mais baixo desde 2008. No fim do ensino fundamental, ou seja, no 9º ano, a nota média da rede caiu em língua portuguesa e teve leve aumento em matemática, mas mostrou estagnação nos últimos seis resultados. O 5º ano do ensino fundamental, fim do primeiro ciclo, manteve uma melhora.

No ensino médio, a nota caiu nas duas disciplinas. Passou de 268,4 para 262,7 em língua portuguesa, quando o adequado é acima de 300; em matemática, a nota média da rede passou de 270,4 para 268,7 (considera-se 350 o adequado). Para especialistas, a distância entre a nota obtida e o considerado adequado nessa disciplina representa mais de três anos de estudo, aproximadamente. A boa notícia é que, apesar da estagnação dos anos

finais, a rede estadual de São Paulo conseguiu bons resultados no primeiro ciclo do ensino fundamental, tanto em português quanto em matemática.

Os resultados demonstram que a educação pública brasileira carece de um melhor planejamento e de uma gestão efetiva para eliminar os gargalos representados pelas baixas avaliações, comparadas com outros países, inclusive vizinhos nossos, pela frustração de professores mal remunerados e desmotivados por falta de condições adequadas, e também pelo desinteresse das famílias em participar da educação dos filhos.

Em grande medida, a descontinuidade administrativa é responsável pelo baixo nível da educação pública brasileira. As mudanças de governo são sempre acompanhadas de novos planos e novas ideias para o setor educacional, deixando-se de lado tudo o que a administração anterior idealizou e executou. Podemos tomar como

exemplo o atual Plano Nacional de Educação, projetado para ser colocado em prática de 2011 a 2020, mas que somente agora, em 2014, foi aprovado pelo Congresso Nacional, com uma defasagem de, no mínimo, quatro anos.

Embora do mesmo partido, o governo é outro, e o ministro da Educação não é o mesmo que liderou os formuladores da atual política educacional que deve ser colocada em prática. Além disso, o atual ministro da Educação, Henrique Paim, afirmou, em meados de agosto, no Fórum Estadão Brasil Competitivo, que os recursos provenientes dos royalties da extração do pré-sal, 75%, não serão suficientes para garantir o investimento de 10% do PIB na Educação, conforme o plano recém-aprovado. Como ficamos? ■

*Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo (Sieesp)

benjamin@einstein24h.com.br